

## ***Crime e expiação: a recepção de Os sertões de Euclides da Cunha***

José Leonardo do NASCIMENTO e Valentim FACIOLI (orgs.). *Juízos críticos: Os sertões e os olhares da sua época*. São Paulo, Nankin Editorial/Editora da Unesp, 2003. 158 páginas.

André Botelho

Passado um ano das comemorações do centenário de *Os sertões: campanha de Canudos* (1902) de Euclides da Cunha (1866-1909), os leitores e, em particular, os pesquisadores da obra euclidiana ganham com *Juízos críticos: Os sertões e os olhares da sua época* um instrumento imprescindível para avaliar a força do chamado “livro vingador” já no seu contexto intelectual original de publicação.

Partindo do volume *Juízos críticos*, publicado em 1904 pela editora Laemmert, reunindo algumas das primeiras resenhas de *Os sertões* de Euclides da Cunha, publicado dois anos antes pela mesma editora, os organizadores acrescentaram a ele dois textos fundamentais. O primeiro, um artigo do botânico José de Campos Novaes publicado originalmente no número 1, ano III, de 31 de janeiro de 1903, da *Revista do Centro de Ciências e Artes* de Campinas, então dirigida pelo próprio Campos Novaes. O segundo, o discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras em 18 de dezembro de 1906 proferido por Sílvio Romero. Além de meticulosa preparação do texto pelos organizadores com notas esclarecedoras sobretudo sobre as datas de publicação das críticas e indicações bibliográficas dos seus autores (elementos ausentes na edição original), deve-se ressaltar ainda o ensaio “*Os sertões e os olhares de sua época*” de José Leonardo do Nascimento, que abre o volume. O autor aliás é organizador de outro valioso trabalho sobre a obra euclidiana publicado também em 2003 (*Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*, São Paulo, Editora da Unesp).

Apenas a reedição do volume *Juízos críticos* da Laemmert já configuraria uma contribuição importante dos organizadores aos estudos euclidianos, uma vez que torna os textos nele reunidos mais acessíveis aos leitores, permitindo que se acompanhe a repercussão inicial de *Os sertões* na imprensa da época. Repercussão que ao mesmo tempo expressa e parece ter garantido o sucesso imediato ao “livro vingador”, como se depreende da leitura da antologia. E isso desde a crítica de José Veríssimo publicada no rodapé literário do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, no dia seguinte à publicação do livro de Euclides, isto é, 3 de dezembro de 1902, até as de Araripe Júnior, publicadas em fevereiro e março de 1903 no *Jornal do Comércio*, passando pelas de Medeiros e Albuquerque, Coelho Neto e outros literatos já consagrados à época e outros críticos hoje menos conhecidos, como J. da Penha, Leopoldo de Freitas e Múcio Teixeira, entre outros.

Como observa José Leonardo do Nascimento sobre *Juízos críticos* da editora Laemmert:

[...] o livro é, por inúmeras razões, precioso: permite reconstruir o debate ocorrido em torno de *Os sertões*, remontar à natureza da sua recepção e às razões de seu sucesso nos meios culturais brasileiros do início século XX. A análise das leituras contemporâneas ao *livro vingador* permite o acesso ao ambiente cultural de origem da obra e, por conseguinte, ao sentido provável atribuído pelo autor às suas teses (p. 7).

Questões que, como lembra Nascimento, ganham maior inteligibilidade quando se confronta a recepção da obra na imprensa à recepção das críticas pelo próprio Euclides da Cunha que, aliás,

[...] manifestou-se sobre o assunto de três maneiras distintas: através de cartas aos críticos e aos amigos; através dos comentários impressos a partir da terceira edição, nas últimas páginas de *Os sertões*; através, finalmente, de anotações que fez do próprio punho num exemplar do livro que pertenceu a Basílio de Magalhães (p. 8, n. 1).

*Juízos críticos: Os sertões e os olhares da sua época*, no entanto, vai além da contribuição do

volume original de 1904. Acertam os organizadores, a meu ver, ao somarem a ele os referidos textos de Campos Novas e Sílvia Romero no presente volume. E isso em função de pelo menos dois aspectos que, dispersos tanto nas demais resenhas que formam a antologia, como nos numerosos estudos dedicados à obra euclidiana desde então, encontram-se sintetizados exemplarmente nos textos escolhidos. O primeiro texto, de Campos Novas, permite recuperar os “reparos críticos” feitos pelo botânico “em nome da ciência” às “conclusões euclidianas sobre a flora sertaneja” (p. 8) respondidas por Euclides nas páginas finais de *Os sertões* desde a sua terceira edição. Permite, sobretudo, recuperar o *sentido intelectual* dos embates em torno do caráter científico ou não das sugestões de Euclides num momento em que as formas da razão ligadas à ciência e a autoridade cognitiva a ela conferida se transformavam em fontes básicas de legitimidade nas sociedades industriais emergentes. E cuja adoção, entre nós, embora exprimindo genericamente a tentativa de atualização do pensamento brasileiro ao discurso cientificista, realizou-se freqüentemente por meio da *naturalização* da nossa herança colonial e das relações sociais que, tendo por base a experiência de três séculos de escravidão, estruturaram a sociedade brasileira.

Essa discussão é importante. Não por acaso praticamente em todas as resenhas da antologia afirma-se, como no caso de José Veríssimo, nega-se, como no de José Maria Moreira Guimarães, ou suspeita-se, como no de Araripe Júnior, da idéia de que *Os sertões* promova um bem-sucedido “consórcio da arte com a ciência”, idéia cara ao próprio Euclides (p. 9). Ilustrativo dessa questão é a sugestão de J. da Penha sobre a convivência em Euclides do “poeta” e do “engenheiro” e sua recusa da hierarquia estabelecida em *Os sertões* entre fatores raciais e sociais no processo de definição dos sertanejos e dos brasileiros em geral:

Desculpe-me o alentado artista e pensador que lhe contraponha nesse tocante, uma objeção ligeira, à qual já dei publicidade há perto de seis anos. Convenho em que a fixação de nosso tipo ainda

é uma função do prazo secular, em que se há de cumprir a luta dos três elementos formadores. Mas a evolução social preceder a evolução biológica, é subverter a ordem natural, e não apreendo bem por que motivos” (Penha, 2003, p. 29)

O segundo texto acrescentado na antologia, o discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras proferido por Sílvia Romero em 1906, permite que se apreenda o *sentido político* da recepção de *Os sertões*, pois o discurso, como sugere Nascimento, constitui “ao mesmo tempo, uma interpretação do livro e um libelo contra a situação política e social do país” (p. 8). Nele, o autor de *História da literatura brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira* (1888) “manifestou, ao lado do apreço pelos méritos intelectuais do *novo imortal*, uma visão pessimista do futuro do país entregue aos desvarios de sua elite intelectual e política” que estaria de acordo com a perspectiva de Euclides, já que uma

[...] das notas mais vibrantes de *Os sertões* é a expressão de desencanto de seu autor para com a república. Sílvia Romero, quatro anos mais tarde, redesenhou-o com cores cruas e apocalípticas. Por isto, o ano de 1906 constitui-se numa espécie de balanço crítico do regime instituído em 1889 e reavaliado por Euclides em 1902 (p. 8).

Quando da eleição de Euclides da Cunha para a ABL, vale lembrar que Graça Aranha, que havia publicado no mesmo ano de 1902 o seu *Canaã*, livro por vários motivos antípoda de *Os sertões*, sobretudo pela visão ufanista que apresenta do Brasil já sugerida no título, fizera inicialmente campanha para o almirante Jaceguai, argumentando junto a Machado de Assis, Joaquim Nabuco e José Veríssimo sobre a necessidade de uma composição mais vasta do quadro social da instituição, defendendo seu candidato “mais em termos de sua capacidade política e mundana que literária: *É a Marinha, é a inteligência geral, culta e agradável*” (Azevedo, 2002, p. 108). Eclipsada, contudo, pela candidatura de Euclides, eleito afinal com o voto do próprio Graça Aranha (aliás

membro fundador da ABL sem que, àquela altura, tivesse publicado qualquer livro), o almirante teve de esperar ainda mais um ano para tornar-se imortal (*Idem, ibidem*).

Apesar da eleição de Euclides da Cunha para a ABL não representar exatamente a vitória da maneira de encarar o Brasil nas suas ambigüidades, antagonismos e conflitos sociais constitutivos formulada em seu livro, mais do que ilustrar as disputas do pequeno mundo dos letrados, no entanto, o episódio parece indicar a força social de *Os sertões* no contexto intelectual brasileiro à época de sua publicação. E através dele, como sugere José Leonardo do Nascimento, o descontentamento com a República por parte expressiva de diferentes grupos sociais e intelectuais que, num momento inicial, haviam-na apoiado de modo entusiástico (p. 8).

Embora assumam matizes diferenciados e não sejam poucas as variáveis que nelas intervêm, as duas dimensões apontadas, a intelectual e a política, aparecem quase sempre inter-relacionadas nas resenhas reunidas nesta antologia. Em outras palavras, a afirmação ou a negação do caráter “científico” e/ou “artístico” das formulações euclidianas, o peso da “ciência” ou da “arte”, da “razão analítica” ou da “imaginação” na configuração de *Os Sertões* imbricam-se freqüentemente com a ratificação, rejeição ou mesmo condenação da sua interpretação sobre o massacre de homens, mulheres e crianças no sertão da Bahia e, particularmente, da atribuição de responsabilidades aos próprios sertanejos ou antes ao exército brasileiro pela tragédia. Tratam-se de pontos polêmicos, como se sabe. Tomemos dois exemplos polares.

Para o engenheiro militar José Maria Moreira Guimarães, como escreveu no *Correio da Manhã* nos dias 3 e 4 de fevereiro e 4 e 7 de março de 1903,

[...] *Os sertões* é obra de imaginação: “... ainda não se afirmou que esse belo trabalho é mais produto do poeta e do artista que do observador e do filósofo. Por igual não se encontram nesse livro as virtudes da imaginação e os atributos da reflexão” (p. 10).

Como observa Nascimento, se “Moreira Guimarães procura fundamentar esta afirmação pe-remptória, por intermédio de uma análise interna da narrativa euclidianiana, das relações e significados dos conceitos empregados, relacionando cerca de vinte críticas a *Os sertões* e distinguindo, entre elas, um número expressivo de ‘contradições’”, seu *parti pris*

[...] é revelador do desconforto causado – entre os oficiais do exército – pelas análises da campanha de Canudos feitas pelo ex-tenente e ex-adido ao Estado Maior das forças combatentes no sertão da Bahia. Guimarães fala em nome da República e do exército, ou para usar uma de suas expressões, do “soldado [...] cidadão”, dedicado “à Pátria identificada com a República” (pp. 10-11).

Nesse sentido, prossegue Nascimento, “Moreira Guimarães avalia atentamente os pontos de vista expressos por *Os sertões*, demonstrando contradições nos seus argumentos, com a finalidade de isentar a república da denúncia euclidianiana do crime cometido nos sertões” (pp. 11-12).

Já Sílvio Romero, interpreta *Os sertões*

[...] como um trabalho de sociologia – não como obra exclusivamente literária ou como panfleto político – voltado para a descrição da população de trabalhadores que sustenta materialmente, segundo ele, os embebecimentos de uma elite chique, ociosa e disposta nas magníficas cidades da franja litorânea brasileira (p. 12).

Ressalta Romero que

[...] a intelectualidade local, para exorcizar a denúncia que contém, definiu a obra [*Os sertões*] como arte literária: [...] a crítica indígena [...] não vos compreendeu cabalmente. Tomou o vosso livro por um produto meramente literário [...]. Viu nele apenas as cintilações de estilo [...] considerou-o ao demais como uma espécie de oposição política [...]. Vosso livro não é um produto de literatura fácil, ou de politiquismos inquietos. É um sério e fundo estudo social de nosso povo (p. 12).

Por isso com seu discurso, sugere Nascimento, Sílvio Romero

[...] plantou [...] uma espécie de marco extremo na crítica do regime republicano. O seu ponto de vista é radicalmente distinto do de Moreira Guimarães e permite que se estabeleça entre um e outro, de maneira nuançada, as visões diversas sobre a república que se exprimem através da análise do livro de Euclides da Cunha e de suas teses sobre a campanha de Canudos e a história do Brasil (p. 13).

Observa ainda Nascimento que Romero respondia, num certo sentido, ao próprio Euclides que ao tomar posse na ABL

[...] reafirmou o ponto de vista de que a história brasileira é feita pelo alto ou pelas “cimalhas”. Euclides entendia – e era este o significado desta imagem arquitetônica – que no Brasil o ordenamento jurídico-político, avançado, modernizador, gerado pelas e nas sociedades organizadas, aco-pla-se a uma nacionalidade informe. Romero procura completar o argumento euclidiano. A elite reforma pelas “cimalhas” porque a ela não importa modificar a constituição íntima da sociedade, por ser a grande beneficiária das anomalias nacionais. As reformas têm, portanto, um limite intransponível e visam garantir o domínio de poucos sobre a imensa massa de trabalhadores e de despossuídos de toda casta dispersos pelo país (pp. 12-13).

Confrontados e desencantados pela percepção de que a República fora em muitos aspectos apenas uma reforma de Estado e que as inovações institucionais e a liberalização jurídico-política ficaram circunscritas apenas à adaptação da grande empresa agrária ao regime de trabalho livre e às relações de troca no mercado que, ao menos em tese, elas pressupunham (Fernandes, 1965), Euclides da Cunha e Sílvio Romero acabam, no entanto, sugere Nascimento, por relativizar

[...] as formas políticas conferindo peso e importância às transformações sociais. Um “sociocratismo” caracteriza numerosos autores dessa geração que, para não “fetichizarem” formas políticas, acabaram por concluir pela desimportância da ação política. A quase despolitização do fenômeno canudense por Euclides da Cunha [assevera Nascimento] [...] abriu, quem sabe, a via “sociocrática”, que enaltece a transformação social, desclassifica a negociação política, critica os poderes locais dos

“senhores de baração e cutelo”, insiste na centralização das decisões e no seu caráter cientificamente avisado. Aspectos que farão escola no Brasil do novecentos e que estarão na base de um pensamento propugnador da centralização e claramente autocrático (pp. 21-22).

Como os dois exemplos selecionados sugerem, os leitores, em geral, e os especialistas na obra euclidiana, em particular, encontrarão em *Juízos críticos: Os sertões e os olhares da sua época* material imprescindível para uma aproximação e/ou reavaliação da recepção intelectual, social e política de *Os sertões*, como também uma interpretação penetrante e fecunda desse processo no ensaio de José Leonardo do Nascimento que abre o volume.

Incluindo-me na primeira categoria de leitores, constato que desde há cem anos atrás a narrativa exemplar e polêmica do conflito de Canudos de Euclides da Cunha, guardadas as devidas proporções, parece desempenhar, como o “castigo” na ficção de Fiódor Dostoiévski<sup>1</sup> ou a “pena” na sociologia de Emille Durkheim,<sup>2</sup> um papel expiatório na sociedade brasileira. É porque os livros não operam apenas no plano intelectual, mas também no sociopolítico, enraizando-se nas consciências e participando da organização dos grupos sociais e da sociedade como um todo. Assim, parece que como Euclides ao escrevê-lo e seus contemporâneos ao recebê-lo, prosseguiremos com *Os sertões: campanha de Canudos* para tentar recompor, no plano simbólico, a fratura que o extermínio dos sertanejos criou na sociedade brasileira em meio ao seu processo de modernização conservadora e em nome da *razão de Estado*. *Razão de Estado* aliás da qual o próprio Euclides se fizera inicialmente porta voz e que já na “Nota preliminar” que abre *Os sertões*, para além do cientificismo biológico dominante à época, parece querer se redimir ao afirmar: “Gumpłowicz, maior do que Hobbes”(Cunha, 1982, p. 7). Questão perene como se sabe.

## Notas

1 Sobre o caráter expiatório do castigo em *Crime e castigo* de Dostoiévski, ver Bradbury, 1989, pp. 39-60.

2 Em conhecida passagem de *Da divisão do trabalho social* (1893) em que discute o papel social da pena, Emille Durkheim observa que o castigo “não serve, ou serve apenas secundariamente, para corrigir o culpado ou para intimidar seus possíveis imitadores; sob esse duplo ponto de vista, sua eficácia é a rigor duvidosa e, em todo caso, medíocre” (Durkheim, 1978, p. 77). “Sua verdadeira função”, diz o autor, “está em manter intacta a coesão social, ao manter a consciência comum em toda a sua vitalidade [...]. É o signo que atesta que os sentimentos coletivos são sempre coletivos, que a comunhão de espíritos numa só fé permanece inalterada e, por seu intermédio, repara o mal que o crime fez a sociedade” (*Idem*, pp. 77-78).

### Bibliografia

- AZEVEDO, M. H. C. (2002), *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras.
- BRADBURY, M. (1989), *O mundo moderno: dez grandes escritores*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CUNHA, E. da. (1982), *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo, Abril Cultural.
- DURKHEIM, E. (1978), *Émile Durkheim: sociologia*. São Paulo, Ática (org. de José Albertino Rodrigues).
- FERNANDES, F. (1965), *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus/Edusp, vol. 1.

**ANDRÉ BOTELHO é professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/IFCS/UFRJ como bolsista da Capes e autor de *Aprendizado do Brasil* (Editora da Unicamp).**

## *A ação externa dos Estados Unidos em perspectiva*

Cristina Soreanu PECEQUILO. 2003. *Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 423 páginas.

Gustavo Biscaia de Lacerda

Não são poucos os autores que comentam que, da mesma forma como o século XVIII foi francês e o XIX, britânico, o século XX foi acima de tudo norte-americano – assim como é possível que o XXI também o seja. Em todo caso, o fim do século XX, o chamado “pós-Guerra Fria”, caracterizou-se, sem dúvida alguma, pela centralidade norte-americana. O período de transições e incertezas foi contrabalançado por inúmeras continuidades e certezas, de modo geral relativas à nação ianque: de um lado, pela existência de instituições inter e supragovernamentais em larga medida inspiradas e patrocinadas pelos Estados Unidos, e, de outro lado, por ter exatamente os Estados Unidos como a única superpotência mundial. O período inicial de hesitações externas e introversão do governo Clinton (1993-2000) e a beligerância neoconservadora e para-evangélica de George W. Bush apenas ressaltam a importância desse país para o mundo – a compreensão e a análise de sua política externa tornam-se, portanto, pré-requisito fundamental para se falar do “mundo no século XXI”, e é nesse sentido que a pesquisa de Cristina S. Pecequilo torna-se uma contribuição importante.

*Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* é o resultado de seu doutorado em política internacional, levado a cabo na Universidade de São Paulo. Trata-se de uma obra que se tornará referência obrigatória por ser a primeira do gênero realizada no Brasil, que analisa extensivamente como os Estados Unidos constituíram, ao longo de seus pouco mais de dois séculos de existência, os parâmetros e as ações de sua conduta externa.